


Horizontes das **Ciências Sociais Rurais**



**Leonardo Tullio
(Organizador)**



Atena
Editora

Ano 2019

Leonardo Tullio

(Organizador)

Horizontes das Ciências Sociais Rurais

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais [recurso eletrônico] /
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-130-5

DOI 10.22533/at.ed.305191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.
II. Série.

CDD 630.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Horizontes das Ciências Sociais Rurais” aborda em seu primeiro Volume uma apresentação de 19 capítulos, no qual os autores tratam sobre a questão da gestão e extensão no meio rural, analisando e discutindo cenários atuais no agronegócio.

Conhecer sobre os conceitos e possibilidades de gestão como sendo ferramentas para estudos sobre este tema vem sendo amplamente discutido, contudo, conhecer as formas de atuação e as políticas envolvidas tornam-se pontos essenciais para desenvolver a crítica construtiva sobre os problemas rurais. Assim, o papel da ciência social está cada vez mais transformando o meio rural.

Transmitir conhecimento e resolver problemas da sociedade é papel de todas, mas nem sempre é possível. A ciência é responsável por gerar conhecimento e tornar o indivíduo crítico sobre o ponto de vista analisado, portanto, adquirir conhecimento exige tempo e crítica é construída com isso.

Por fim, espero trazer conhecimento nesses artigos e incentivar a discussão e entendimento sobre o tema. Bons estudos.

Leonardo Tullio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PERCEPÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUIÇÕES FORMAIS	
<i>Noellen Silva Amorim Feuser</i>	
<i>Carlo Otávio Zamberlan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918021	
CAPÍTULO 2	20
A TEORIA DA INCOMPLETUDE E OS CONTRATOS NO AGRONEGÓCIO	
<i>Débora Mara Correa de Azevedo</i>	
<i>Glauco Schultz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918022	
CAPÍTULO 3	34
EMPREENDEDORISMO RURAL: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE EM ASCENSÃO!	
<i>Tatielle Belem Langbecker</i>	
<i>Alessandro Porporatti Arbage</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918023	
CAPÍTULO 4	52
AS FUNÇÕES PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DA POBREZA EXTREMA NA CHAPADA DIAMANTINA, SEMIÁRIDO DA BAHIA	
<i>Gustavo Bittencourt Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918024	
CAPÍTULO 5	68
AGRICULTOR GESTOR OU AGRICULTOR OPERACIONAL? NÍVEL GERENCIAL DAS PROPRIEDADES RURAIS DE SERTÃO – RS	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Elisane Roseli Ulrich Zanelato</i>	
<i>Josieli Furlan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918025	
CAPÍTULO 6	84
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E CIÊNCIAS AGRÁRIAS: ANÁLISE SISTÊMICA PARA PROPRIEDADES RURAIS	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Vanusa Rossetto</i>	
<i>Géssica Giotti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918026	
CAPÍTULO 7	101
HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: CONJUNTURA DO BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E O CASO DE FLORIANO PEIXOTO	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Luzana Giaretta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918027	

CAPÍTULO 8	117
VALUATION DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E PREÇO DE ADESÃO À SOCIEDADE	
<i>Bruno José Canassa</i>	
<i>Davi Rogério de Moura Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918028	
CAPÍTULO 9	134
A POLITICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO	
<i>Francisco Clesson Dias Monte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918029	
CAPÍTULO 10	148
PROTAGONISMO E COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE ECOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DE UM ORGANISMO DE CONTROLE SOCIAL (OCS) NO SUL GAÚCHO	
<i>Fabiana da Silva Andersson</i>	
<i>Fernanda Novo da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180210	
CAPÍTULO 11	161
APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE O PROCESSO DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA PRODUÇÃO RURAL	
<i>João Guilherme de Camargo Ferraz Machado</i>	
<i>Carlos Francisco Bitencourt Jorge</i>	
<i>Carlos Eduardo Moreno dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180211	
CAPÍTULO 12	181
ACORDO COMERCIAL MERCOSUL / UE: IMPACTOS NAS IMPORTAÇÕES DO PARAGUAI	
<i>Victor Ramón Enciso Cano</i>	
<i>Manuela Castillo Quero</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180212	
CAPÍTULO 13	197
BIODIESEL POLICY AND RAW MATERIAL ACQUISITION IN PARANÁ STATE: A CASE ABOUT BRAZILIAN BIODIESEL NATIONAL PROGRAM	
<i>Manoela Silveira dos Santos</i>	
<i>Cristiano Stamm</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180213	
CAPÍTULO 14	213
INDICADORES DE VANTAGEM COMPARATIVA DAS REGIÕES DO BRASIL	
<i>Luana Vaniely de Oliveira</i>	
<i>Adonias Vidal de Medeiros Júnior</i>	
<i>Meire Eugênia Duarte</i>	
<i>Genivalda Cordeiro da Costa</i>	
<i>Ana Cristina Nogueira Maia</i>	
<i>Gerlânia Maria Rocha Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180214	

CAPÍTULO 15	229
CONDICIONANTES E ESTRATÉGIAS PARA PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO RURAL	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Graziela Corazza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180215	
CAPÍTULO 16	239
A EVOLUÇÃO COMÉRCIO AGROLIMENTAR MUNDIAL E SEUS IMPACTOS NO POLO AÇU- MOSSORÓ: UMA ABORDAGEM DE REDES	
<i>Thales Augusto Medeiros Penha</i>	
<i>Paulo Ricardo da Silva Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180216	
CAPÍTULO 17	255
SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO E A PRODUÇÃO DE INOVAÇÕES NO MEIO RURAL BRASILEIRO: O CASO DA EMBRAPA	
<i>Karine Daiane Zingler</i>	
<i>Glauco Schultz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180217	
CAPÍTULO 18	270
A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA DE EXTENSÃO RURAL PARA A GESTÃO DO COOPERATIVISMO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO OESTE DO PARANÁ	
<i>Fábio Corbari</i>	
<i>Wilson João Zonin</i>	
<i>Vinícius Mattia</i>	
<i>Marcos Roberto Pires Gregolin</i>	
<i>Patrícia Inês Costa</i>	
<i>Jefferson dos Santos Vorpapel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180218	
CAPÍTULO 19	286
POBREZA: CONCEITOS, ABORDAGENS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO FENÔMENO NO ESPAÇO RURAL	
<i>Daiane Loreto de Vargas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180219	
SOBRE O ORGANIZADOR	298

POBREZA: CONCEITOS, ABORDAGENS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO FENÔMENO NO ESPAÇO RURAL

Daiane Loreto de Vargas

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir a temática da pobreza rural sob duas abordagens interpretativas, a abordagem monetária e a multidimensional, constatando as características de ambas e em qual destas, estão inseridas as políticas públicas brasileiras de combate ao fenômeno. Metodologicamente, o trabalho tem por base a pesquisa bibliográfica. Como resultado, a discussão teórica sobre o tema aponta que o país tem passado por avanços no sentido da construção de políticas e ações de enfrentamento a pobreza rural, mas ainda possui um conjunto de ações que interpretam a pobreza como um fenômeno monetário e as ações de combate a mesma não passam pela construção de ações multisetoriais e dimensionais.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza Rural, Abordagem Monetária e Multidimensional, Políticas Públicas.

ABSTRACT: The present work aims to discuss the rural poverty theme under two interpretative approaches, the monetary and the multidimensional approach, noting the characteristics of both, and in which of these, are inserted the Brazilian public policies to combat the phenomenon. Methodologically, the work is

based on bibliographic research. As a result, the theoretical discussion on the subject points out that the country has gone through advances towards the construction of policies and actions to address rural poverty, but still has a set of actions that interpret poverty as a monetary phenomenon and the actions of combat it does not go through the construction of multisectorial and dimensional actions.

KEYWORDS: Rural poverty, monetary approach and Multidimensional, Public Policy.

1 | INTRODUÇÃO

A pobreza configura-se em um termo que pode ser interpretado de diferentes formas, sendo necessário que se faça recortes teóricos para uma melhor compreensão da temática. Adota-se aqui a perspectiva de um fenômeno complexo, existente tanto no meio urbano, quanto no espaço rural, embora com causas e consequências distintas. Esse flagelo social possui abrangência significativa sobre os sujeitos do campo, e é fonte de ampla discussão no patamar das políticas públicas governamentais nas últimas décadas.

Em anos recentes a temática pobreza foi uma das prioridades do governo brasileiro, aliando programas sociais e as ações de

intervenção de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Banco Mundial. Entretanto, esse fenômeno continua sendo uma questão de difícil resolução até porque a terminologia pobreza representa noções vagas, possibilitando variadas interpretações, sendo diversos os problemas inerentes a este fenômeno que assolam a sociedade, os quais parecem cada dia mais, de difícil reversão e administração (FIALHO, 2005).

Nesse sentido, são importantes os estudos e as discussões dos vários cenários que esse flagelo social apresenta e das possíveis alternativas para amenizar os efeitos do mesmo sobre as comunidades vulneráveis. Mas, para tal, é preciso delinear o que se entende por pobreza, quais seus conceitos, e a partir daí quais as concepções e as abordagens teóricas que estão sendo mais evidenciadas nos estudos atualmente.

Pode-se optar por um viés de entendimento com foco nas questões econômicas, ou partir para uma compreensão multidimensional, neste último caso uma série de variáveis podem e devem ser consideradas, de forma objetiva ou subjetiva. Pontuar a diferenciação destas questões faz toda a diferença quando se analisa as políticas públicas e o entendimento destas sobre a pobreza rural.

Essas questões são possíveis de serem analisadas a partir do entendimento de que concepções as políticas públicas adotam e através de que ações estão cumprindo um papel social, democrático e de cidadania. Ou, estão somente atuando de forma assistencialista e com uma visão reducionista, da real complexidade desse fenômeno social.

Quanto aos aspectos metodológicos, este artigo busca aporte na revisão bibliográfica sobre a temática. A revisão bibliográfica visa uma discussão com vários autores, os quais possuem percepções diferenciadas de como pode ser interpretada a pobreza e como as políticas públicas brasileiras tem atuado no combate a mesma. Assim, o foco principal desse trabalho configura-se em: entender sobre a abordagem monetária e a abordagem multidimensional da pobreza rural e a atuação das ações públicas de combate a tal fenômeno.

Dessa forma o artigo organiza-se, depois desta parte introdutória, em uma sessão que aborda sobre a pobreza e seus conceitos; posteriormente, uma subseção que esclarece sobre duas diferentes abordagens da concepção de pobreza, a monetária e a multidimensional. Seguida de uma seção que esclarece sobre políticas públicas de combate à pobreza no Brasil, voltando um olhar para o espaço rural e uma subseção sobre a interpretação da pobreza pelas políticas públicas. Por fim, algumas considerações finais.

2 | A POBREZA E SEUS CONCEITOS

A pobreza pode estar relacionada a diversos fatores (sociais, econômicos, éticos, morais, culturais, ambientais, dentre outros), dependendo das particularidades

do contexto onde se manifesta e da forma de como é interpretada. De toda forma, é compreendida como um fenômeno complexo sujeito a diversas interpretações, até mesmo pela construção de distintos conceitos que tentam explicá-la. Aguça muitas reflexões e desafios aos pesquisadores, diante do cenário que se apresenta a problemática e suas consequências contextualizadas na atualidade.

Ao analisar a literatura percebe-se que a pobreza sempre existiu, mas, ao longo da história da humanidade as concepções sobre esse fenômeno foram evoluindo e modificando-se, ganhando maior complexidade e o caráter de múltiplas dimensões. Desde a antiguidade a pobreza está associada ao sentido de falta, de privação, de uma vida não confortável. Associada, por muito tempo, “à preguiça, à indisposição para o trabalho, à má índole do indivíduo, salvo aqueles casos de incapacidade física e/ou mental que impossibilitavam o indivíduo de trabalhar” (LACERDA, 2012, p.205-206).

Além dessas questões, Kageyama e Hoffman (2006) apontam que o sentido de privação pode ser tanto de questões materiais ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis ao indivíduo e sua família. Dessa forma, os autores destacam que a privação pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. Cenário que abrange ainda mais a extensão dos estudos sobre pobreza, a dimensão e a concepção que a mesma possui na vida de cada indivíduo que sofre de determinada privação.

Compreendendo este cenário, Barros et al. (2001) colocam que o conceito de pobreza não é único e nem pode ser definido de forma universal, mas, algumas questões são intrínsecas a esse fenômeno. Ao falar de pobreza estamos nos referindo a uma situação de carência, onde “os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas” (BARROS et al., 2004, p.4). Sendo assim, a pobreza é considerada uma incapacidade para gerar renda e suprir as necessidades básicas, estando atrelada a questão de adquirir “coisas”, através dos rendimentos adquiridos pelo indivíduo e/ou pela família.

Nesse sentido, Hageaars e De Vos (1988) apud Kageyama e Hoffman (2006) destacam que, de uma forma geral, as definições de pobreza podem ser entendidas dentro três categorias abrangentes, onde o fenômeno é compreendido como: a) ter menos do que o mínimo definido pelos padrões da sociedade, uma pobreza absoluta; b) ter menos do que outros na sociedade, seria a pobreza relativa; c) sentir que não tem o suficiente para seguir adiante, nos mesmos padrões da sociedade, uma pobreza subjetiva. Dentro dessas categorias pelo menos oito definições de pobreza estão compreendidas.

Trabalhando com as questões subjetivas do fenômeno, Lundberg e Squire (2000 p.136) destacam que a “pobreza deve medir o bem-estar de uma família ou de um indivíduo”. De certa forma, esse também é o entendimento de Salama e Destremau (1999), quando colocam que existem diversas maneiras para compreender a pobreza porque a mesma possui dimensões variadas, é ao mesmo tempo um fato e um

sentimento. Onde “ser pobre” não pode ser encarado como resultado de uma escolha racional, pois, é uma condição pré-determinada pelos ambientes (econômico, social, histórico, culturais) em que vivem os sujeitos.

Os autores colocam que o homem tem a liberdade de fazer sua própria história, mas em condições que ele não pode determinar, onde o sentimento de ser pobre, muitas vezes não se limita a renda e ao acesso aos mercados. Mas, tem a ver com os espaços sociais, as relações familiares, de vizinha e política. O “sentimento de ser ou não pobre” nos indivíduos deve ser considerado, porque este muitas vezes depende de outros fatores, como o “sentimento de satisfazer ou não um número de obrigações ligadas aos códigos de valor em vigor nas comunidades onde vivem essas pessoas” (SALAMA, 2010, p.21).

No mesmo sentido, podemos destacar as percepções de Kakwani (2006), o qual coloca que a pobreza existe tanto quando uma pessoa não tem renda o suficiente para satisfazer as necessidades básicas, definida socialmente, mas, também quando está sofrendo privações em algum ou vários aspectos da vida. Este último caso vai além daquelas questões definidas como necessidades básicas, não se resume somente a posse de mercadorias, mas, se aplica uma análise relacionada a saúde, educação, dentre outros. Para Kakwani (2006, p.1), “a distinção conceitual entre a privação desse tipo e aquela que essencialmente seja resultante da insuficiência de renda é de fundamental importância”.

Um dos autores que tem se destacado nos estudos sobre esse fenômeno é Amartya Kumar Sen (2000; 2001). O qual trouxe questões anteriormente ocultadas nos estudos sobre o fenômeno da pobreza, destacando, por exemplo, a vulnerabilidade dos indivíduos, a ausência de voz ativa e de participação política, os quais não fazem valer seus direitos de cidadãos perante a sociedade. O que gera consequências graves a estes sujeitos, tais como, a impotência e a desmotivação diante de determinadas situações. Aspectos subjetivos que influenciam de forma negativa o convívio social e a capacidade de potencializar as habilidades individuais, em prol do desenvolvimento.

Compreendendo a percepção de Sen, podemos observar que o autor emprega o termo pobreza, de melhor forma, quando se refere a privação da capacidade dos indivíduos, do que quando se refere a satisfação das necessidades básicas de produtos. Para ele, a pobreza não é apenas viver em um estado empobrecido, mas carências de oportunidades reais para que o indivíduo tenha o tipo de vida que tenham razão para valorizar. Nesse sentido, “pobres são aqueles indivíduos que não possuem capacidades básicas para conquistar realizações individuais, porque não tem oportunidades ou liberdade de fazer suas próprias escolhas” (SEN, 2001, p.172). Questões que estão intrinsecamente ligadas ao bem-estar dos sujeitos.

Ter claramente uma noção do que é a pobreza, do que ela proporciona, seja nos aspectos objetivos ou subjetivos, faz toda a diferença no momento em que se pensam as políticas públicas e no momento em que se estruturam as ações a serem realizadas. Ter consciência das variáveis do fenômeno a serem observadas e da interpretação

das diferentes abordagens da pobreza, bem como, sua definição, faz todo o debate no momento em que se parte para o enfrentamento deste flagelo social na prática.

2.1 Duas Diferentes Abordagens Da Concepção De Pobreza

2.1.1 Abordagem monetária

Na perspectiva da abordagem monetária, existe pobreza quando não existem recursos financeiros suficientes para adquirir o mínimo necessário para viver. Essa abordagem adota medidas absolutas e relativas de pobreza, através das chamadas linhas de indigência, restringindo a compreensão desse fenômeno à insuficiência de renda ou ao nível de consumo das pessoas (SILVA E NEDER, 2010). Trabalha de forma objetiva, estabelecendo um valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos que detenha a quantidade calórica mínima para à sobrevivência.

Nesse sentido, Rocha (2000) destaca que a utilização das necessidades nutricionais para o estabelecimento da cesta básica alimentar vem sendo mantida e aperfeiçoada ao longo do tempo, por ser o fundamento conceitual mais sólido quando se trata da estimação de linhas de pobreza. Sendo assim, é fato que a renda representa o delimitador básico para o estabelecimento de um limiar entre pobres e não pobres, e dessa forma, o entendimento de pobreza se resume a proporcionar aos indivíduos rendimentos para atender suas necessidades básicas nutricionais.

Os parâmetros das necessidades nutricionais são estabelecidos pela FAO, já o valor monetário de quem vive em situação de pobreza absoluta é estipulado pelo Banco Mundial. O Banco Mundial tornou popular a noção de linha de pobreza para quem ganham menos de U\$1,00/dia, no Brasil é comum a utilização da linha da pobreza de $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês de renda per capita como medida de pobreza, ou ainda, tendo como base uma cesta básica mínima de consumo (LOUREIRO et al. 2010).

Mas, para Silva e Neder (2010) o que é possível de ser questionado nesse sentido, é o fato de que a insuficiência de renda ou de consumo representa apenas uma parte dos vários fatores que expressam a qualidade de vida das pessoas. Os autores não discordam de que os níveis de renda são importantes de serem considerados, já que permitem que se adquiram bens e serviços melhorando o padrão de vida das pessoas. Mas, ressaltam que estes níveis, por si só, não são suficientes para “suprir aspectos essenciais como a liberdade para desfrutar de uma vida longa, escapar da morbidez, oportunidade de ter o emprego pretendido e viver longe da criminalidade” (SILVA E NEDER, 2010, p.6).

Esses aspectos não podem ser proporcionados simplesmente pela renda e não estão substancialmente vinculados ao crescimento econômico. Na visão dos autores, demais questões que envolvem esse fenômeno complexo precisam ser analisadas, necessitando da adoção de um olhar abrangente sobre o mesmo. Na opinião de Souza (2009) adotar um olhar abrangente sobre esse fenômeno acrescenta na questão da insuficiência alimentar, pois, traz outras descobertas importantes como a limitação de

habilidades, a educação de baixa qualidade, os problemas de saúde agravados pela ausência de atendimento e acesso aos demais serviços básicos.

2.1.2 Abordagem multidimensional

Os estudos mais recentes têm apontando para o fato da pobreza ser um fenômeno com múltiplas dimensões, que pode ser estudado, analisado e interpretado de várias maneiras, considerando variáveis objetivas e subjetivas. Não sendo baseado em indicadores meramente econômicos, mas, incluindo questões sociais, antropológicas, culturais, *étnicas*, ambientais, agroecológicas, dentre outras. O fato é que, diferentes abordagens teóricas estão preocupadas com a abrangência deste fenômeno, cada uma da sua maneira.

Fazendo a análise destes fatores, Kageyama e Hoffmann (2006) destacam que a pobreza tem dupla natureza, se de um lado está atribuída ao processo de subdesenvolvimento regional e local, de outro, tem características na dimensão demográfica e nas limitações do capital humano e financeiro dos indivíduos. Apontando aí aspectos estruturais e de ordem socioeconômica. Em relação às questões estruturais, a pobreza vai impor privações referentes às condições das necessidades básicas das pessoas (luz elétrica, água encanada, instalações sanitárias, acesso aos serviços de saúde e educação). Já no segundo caso, o fenômeno prejudica a capacidade de elevar a renda familiar.

Para os autores, a superação do primeiro aspecto depende mais de políticas públicas, ações, investimentos e planejamento público e privado em infraestrutura e serviços básicos, do que de iniciativas individuais. Já o segundo aspecto teria que ser atacado em duas frentes: na melhoria da educação fundamental, com uma educação que aborde questões mais abrangentes, como taxas demográficas; e na ampliação de acesso dos indivíduos ao mercado de trabalho, o que pode ser realizado através do crescimento das taxas de empregos assalariados, do incentivo às atividades autônomas e ainda, pela diversificação das fontes de renda da família.

Dessa forma, o fato dos indivíduos estarem em uma situação de pobreza pode trazer outras descobertas, como a limitação de habilidades para realizar determinadas ações, até mesmo por um processo subjetivo de desmotivação, uma educação de baixa qualidade, problemas de saúde agravados pela ausência de atendimento e acesso aos demais serviços básicos, situação de insegurança alimentar, devido a uma alimentação em quantidade e qualidade insuficientes ao bom desenvolvimento humano (SOUZA, 2009).

Para Sen (2001), o fenômeno da pobreza tem como uma de suas variáveis a influência sobre a ação dos indivíduos que se encontram nesse contexto, impedindo-os de exercerem suas liberdades, e dessa forma, muitas vezes não conseguem fazer serem respeitados os seus direitos. O fato de terem seus direitos respeitados em âmbito social, civil e político, é necessário para que os indivíduos consigam exercer suas

liberdades básicas: liberdades políticas, oportunidades sociais, facilidade econômica, garantia de transparência e segurança protetora.

Continuando com a visão do autor, o mesmo coloca que numa situação de pobreza, a privação dessas liberdades impossibilita a realização de projetos pessoais. Mas, por outro lado, ter as liberdades garantidas potencializa a capacidade dos indivíduos de desenvolver-se como “ser”, dentro das possibilidades que estão ao alcance de outros indivíduos na mesma sociedade. A ampliação das capacitações vai gerar o enriquecimento da vida humana, tornando as privações humanas mais raras e menos pungentes, no momento em que os sujeitos começam a ter maior poder para fazer ou deixar de fazer escolhas, terão a resposta em seu bem-estar.

Assim, as políticas públicas devem pensar ações que repensem e aumentem a possibilidade de escolha dos indivíduos, potencializando a estes oportunidades de terem uma vida que valorizam, de acordo com a realidade vivenciada por cada um, por cada comunidade. De forma que os indivíduos tenham assegurada a capacidade de se tornarem agentes no processo de desenvolvimento, onde cada sujeito deve ter a oportunidade de ser capacitado e tomar suas decisões de acordo com os valores sociais e culturais que possui.

3 | POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A POBREZA NO BRASIL: UM OLHAR VOLTADO PARA O ESPAÇO RURAL

A pobreza é um fenômeno que assola milhões de pessoas no mundo todo, e por isso tem estado na pauta das políticas públicas dos países subdesenvolvidos ou em estágio de desenvolvimento e de organizações internacionais como o Banco Mundial. Nesse sentido, diversas foram as estratégias criadas pelo governo brasileiro nas últimas duas décadas para combater a pobreza. Esta chegou a ser, por algum tempo, a principal bandeira de um dos governos¹, mas, já vinha sendo pauta das políticas públicas e de programas sociais criados em governos anteriores.

Dessa forma, várias políticas têm sido implementadas através dos Ministérios, em especial, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A última delas foi o Programa Brasil Sem Miséria lançado em 2011. Um grande guarda-chuva para criação de ações governamentais de erradicação da pobreza, pois, ao mesmo tempo em que cria novas estratégias, também abraça algumas políticas já existentes com esse mesmo propósito.

O Programa Brasil Sem Miséria pretendia atender aos 16,2 milhões de brasileiros

¹ Sob o slogan “Um País rico é um País sem pobreza”, a prioridade do governo de Dilma Rousseff é erradicar a pobreza no Brasil. “O nosso Governo, este Parlamento, as instituições do Estado de Direito, a sociedade em geral tem a responsabilidade de ampliar e aprofundar a democracia, começando por aquela que é nossa missão mais básica: erradicar a pobreza extrema do País”, afirmou a presidenta em mensagem ao Congresso Nacional, destacando o fato de que a pobreza é maior no meio rural (IICA, 2011).

que vivem com até R\$ 70,00 mensais, tendo como principal objetivo elevar a renda e a condição de bem-estar dessa população. Além de transferir renda, a nova política visava a garantia de acesso aos serviços públicos de educação, saúde, energia elétrica, água potável e inclusão produtiva daqueles que vivem em minifúndios.

Para isso, o programa teve como carro-chefe o programa Bolsa Família, atendendo a mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional, engloba ainda outros programas já existentes e vem criando novas ações políticas para atender a grande demanda do país. Mas, para concretizar os objetivos propostos, o Brasil Sem Miséria não demonstrou grandes mudanças nas iniciativas que já vinham sendo desenvolvidas anteriormente (PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, 2011). Ou seja, não se tem visto grandes avanços no sentido defendido por Amartya Sen, por exemplo, do enfrentamento da pobreza como uma privação das oportunidades e escolhas.

Voltando um olhar específico para o fenômeno no contexto do espaço rural, onde podemos observar a relevância do mesmo através de alguns dados publicados por Maluf e Mattei (2011)². Onde os autores colocam que, a população rural total no ano de 2009 era de 30,7 milhões de brasileiros, desse total 16,5 milhões foram classificadas como pobres, (levando-se em consideração o fator renda e considerando a renda familiar per capita mensal de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, o que correspondia naquela época a R\$ 207,50).

Destas, 8,1 milhões de pessoas foram consideradas extremamente pobres (com uma renda familiar per capita mensal de até $\frac{1}{4}$ salário-mínimo, o que correspondia a R\$ 103,70). Isso significa que em 2009, aproximadamente 54% da população rural total era “considerada pobre” e aproximadamente 26% da população rural total era “classificada como extremamente pobre”.

Ainda de acordo como os autores, os domicílios rurais extremamente pobres têm uma grande dependência dos programas de transferência de renda. Mas, os mesmos não têm sido suficientes para retirar as pessoas da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Existe uma contribuição da concentração de terras e do expressivo número de propriedades rurais com áreas pequenas para a exploração agrícola, uma problemática histórica no Brasil. Esse fato gera outro fenômeno no espaço rural, a pluriatividade, muitos dos agricultores pobres migraram para a pluriatividade, de modo que eles passam a buscar renda tanto de fontes agrícolas como não agrícolas, em que a taxa de pobreza quase não se alterou.

Talvez um dos maiores desafios nesse sentido seja, portanto, melhorar o rendimento agrícola para buscar a queda da pobreza entre domicílios agrícolas e pluriativos. Essa pluriatividade pode ser positiva ou negativa, pois ao mesmo tempo em que agrega renda para as famílias rurais, também pode expor relações de exploração

2 Maluf et al. (2011) organizaram o livro Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas, em 2011. Esse livro representa parte de um Projeto do Governo Federal para identificar e criar ações de combate à pobreza no Brasil.

e precarização nas relações de trabalho.

Nesse sentido, afirmamos que a pobreza rural deve ser pensada de forma multisetorial, onde as ações de combate a esse flagelo social sejam realizadas em termos de renda, capacitação, educação, moradia, saúde, lazer, infraestrutura, transporte e assistência social.

Fato que deve ser debatido porque coloca um problema importante, as políticas públicas de cunho social não têm contribuído de forma efetiva na criação de estratégias que acabem com a pobreza no país, onde as pessoas que se encontram nessa situação não conseguem desenvolver atividades produtivas para se tornarem ativas no desenvolvimento das comunidades rurais.

A partir de um conjunto de ações interligadas para o desenvolvimento rural, que perpassa por várias áreas, como as citadas anteriormente, pode-se criar os meios citados por Amartya Sen. Onde as pessoas do meio rural possam ter a oportunidade de escolha, a liberdade para fazer suas escolhas de forma consciente. Portanto, se reconhece grande avanços em termos de diminuição da pobreza monetária, mas, é preciso avançar na interpretação da pobreza multidimensional, considerando a questão de uma forma multisetorial.

Ter um olhar multidimensional sobre a pobreza no espaço rural pode contribuir para políticas sociais e para políticas que pensem novas estratégias de desenvolvimento rural. Aprimorando metas claras para a erradicação da pobreza, definindo prioridades e ações planejadas que valorizem as pessoas e as iniciativas locais.

3.1 A Interpretação da Pobreza pelas Políticas Públicas

O Estado possui um papel importante na promoção de serviços básicos nas áreas rurais, esses serviços são necessários para estabelecer um equilíbrio entre saúde, alimentação e o bem-estar das famílias (LEMOS, 2007). O que deixa claro a necessidade de políticas e ações que considere as múltiplas dimensões da pobreza rural. Mas, a abordagem adotada pelas políticas públicas brasileiras identifica tanto a pobreza urbana, quanto a pobreza rural com base na insuficiência de renda para atender as necessidades básicas dos indivíduos, portanto, relaciona-se com a abordagem monetária.

Autores como Maluf e Mattei (2011) criticam o fato de que ainda persiste políticas de enfrentamento a pobreza, dominadas pela concepção de que este fenômeno é um problema individual e não social, em termos de seus determinantes e estratégias de superação. Pois, nestes termos, a solução coletiva viria como resultado de “programas de promoção individual e não de programas universais perpassados por enfoques sociais ou coletivos” (MALUF E MATTEI, 2011, P.21).

Os autores criticam as concepções estritamente economicistas, onde se relaciona primeiro a necessidade do crescimento econômico de um país e depois o enfrentamento a pobreza, pois, este pode ser em alguns casos também o causador da pobreza. Além disso, os autores destacam que as percepções economicistas acabam

por ignorar as demais dimensões da vida que determinam a pobreza.

Nesse sentido, as políticas públicas tendem a compensar os problemas causados sobre as camadas de excluídos pelas dinâmicas econômicas em geral, sendo o mais comum a via da transferência de renda, como o bolsa família, que é uma estratégia importante, sem dúvida, mas, precisa ser agregada a uma gama de outras ações.

A questão principal é que as famílias não podem permanecer por tempo indeterminado na dependência desse tipo de auxílio e ainda, este auxílio não resolve por completo o flagelo de uma pobreza rural, a qual possui múltiplas dimensões. “Apenas políticas universais combinando diversos instrumentos possibilitam um efetivo enfrentamento da pobreza e, mesmo, a erradicação da extrema pobreza” (MALUF E MATTEI, 2011, p.21).

Dessa forma, podemos fazer uma reflexão, deve-se encarar a questão como um problema social e não do indivíduo e/ou grupos de pobres. Onde as estratégias capazes de ampliar a inclusão social perpassam por políticas que venham a contribuir para a ampliação dos direitos sociais, das capacitações e das oportunidades de trabalho, focalizando as dimensões de democracia/poder e afirmação da cidadania das pessoas envolvidas na sua determinação. Além do fortalecimento, da descentralização e da participação social dos sujeitos nas estratégias e nos programas, ou seja, as pessoas envolvidas devem ouvidas.

Para o Relatório da Pobreza Rural (2011), os países em desenvolvimento deveriam colocar em suas agendas políticas de desenvolvimento e combate a pobreza, ações que tenham como propósito a redução dos riscos da população rural pobre, que ajude-os a melhorar sua capacidade de gestão de riscos, apoiando-os na condução de atividades agrícolas e não-agrícolas, desenvolvendo e estimulando o mercado para oferecer novas tecnologias e serviços para esses tipos de agricultores. O mesmo relatório propõe que se pense nas capacidades individuais, com especial atenção para qualificação e educação, para que os indivíduos desenvolvam novas habilidades e conhecimentos.

Essas questões além de reforçar as capacidades coletivas da população rural, pode dar-lhes confiança, segurança e poder para superar a pobreza, proporcionar o aprendizado de novas técnicas e da administração dos bens individuais e coletivos, auxiliando na consolidação da democracia, promovendo a cidadania e o desenvolvimento rural no país. Incluindo estas pessoas no sentido da participação, onde possam contribuir para a tomada de decisão e para a melhoria de suas próprias condições de vida num contexto geral, onde sejam capazes de refletir e planejar estratégias para o desenvolvimento de suas famílias e da comunidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos algumas questões que são importantes de serem consideradas.

Primeiramente, tomar a decisão sobre qual abordagem seguir e que conceito adotar na interpretação desse fenômeno social é fundamental para planejar uma política pública de combate à pobreza rural. Segundo, as ações das políticas públicas são muitas vezes determinantes para retirar um sujeito ou uma comunidade de uma situação de pobreza, ou mantê-la de forma assistencialista por muito tempo em um cenário de vulnerabilidade.

É importante lembrar que estas questões não perpassam somente pelos sujeitos, agente ativo ou passivo na comunidade onde vive, e por suas ações, elas transcorrem por uma série de questões. No caso do espaço rural, as questões de estruturação enquanto espaço e comunidade, e enquanto prestação de serviços, é essencial para a permanência ou saída de uma situação de pobreza.

Assim como, os aspectos subjetivos dos sujeitos, a cidadania, o direito a participação, a autonomia e a liberdade de agir dentro daquilo que acredita. Todas estas questões, embora subjetivas, passam por ações que são bem objetivas, como por exemplo, uma educação diferenciada e de qualidade, com capacitação profissional, condições de saúde, segurança, saneamento, moradia, dentre outras.

Portanto, as concepções mais abrangentes sobre o fenômeno da pobreza sugerem que ela não deve se restringir apenas à privação da renda, mas também à privação de outros bens materiais e de acesso aos serviços sociais essenciais. Em função disso, é recomendável que esse fenômeno seja discutido para além das variáveis puramente monetárias, mesmo sabendo-se das dificuldades envolvidas na construção de indicadores não monetários.

Por fim, tomando um viés multidimensional da pobreza, é importante considerar o quanto as políticas públicas podem influenciar neste cenário. Tais influências podem ser propositivas no caso de optar pela participação social, onde se busque a autonomia das populações. Estas atitudes podem transformar situações de vida e contribuir para o crescimento socioeconômico das regiões rurais, onde os sujeitos deixem de requerer auxílios sociais e tornem-se agentes do processo de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. et al. **Acesso ao trabalho e produtividade no Brasil:** implicações para crescimento, pobreza e desigualdade. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. 196 p.

BARROS, R. P. et al. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** Texto para Discussão N° 800. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <https://www.tce.to.gov.br/sitephp/aplic/licitacao/documentos/editais/td_0800.pdf>. Acesso: 23 de abr. 2013.

FIALHO, M. A. V. **Rincões de Pobreza e Desenvolvimento:** interpretações sobre comportamento coletivo. Tese de Doutorado. Seropédica: UFRRJ, 2005. 213 p.

KAGEYAMA, A; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan. /jun. 2006. Disponível em: <www.econ.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=603&tp=a>. Acesso: 22 de abr. de 2013.

KAKWANI, N. **O que é Pobreza?** Centro Internacional de Pobreza. 2006. Disponível em: <www.undp-povertycentre.org> Acesso: 20 de mai. 2013.

LACERDA, F. C. C. Significados da pobreza na sociedade contemporânea. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.16) 540 p.

LEMOS, J. J. S. **Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. Ed.2. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

LOUREIRO, A. O. F; SULIANO, D. C; OLIVEIRA, J. L. **Uma análise da pobreza no ceará com base em diferentes linhas de mensuração**. Fortaleza-CE. 2010. (Texto para Discussão N° 87). Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/noticias/publicado-texto-para-discussao-no-87-uma-analise>>. Acesso: 02 de mai. 2012.

MALUF, R; MATTEI, L. Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural. In: MALUF et al. (Org.). **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. V Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial. Brasília: IICA, 2011. p.15-27.

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, 2011. Disponível em: <<http://www.brasilsemiseria.gov.br/conheca-o-plano/>>. Acesso: 29 de abr. 2013.

SALAMA, P. Lutas contra a pobreza na América Latina: o caso da pobreza rural no Brasil. In: **Fórum DRS**, Boletim Eletrônico, Ano 4, Ed. 71 nov/dez 2010. Disponível em: <pierre.salama.pagesperso-orange.fr/lvr/drs2010@br.pdf>. Acesso: 29 de abr. 2013.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Tradução: Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. M. R.; NEDER, H. D. Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: **III Conferência Latino Americana e Caribenha sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano**, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/alcadeca/download/artigos-aceitos.pdf>>. Acesso: 09 de mai. 2013.

SOUZA, R. M. G. **Pobreza: um diálogo sem consenso**. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo/SP. 2009. 200 f. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/5347>>. Acesso: 13 de abr. 2013.

RELATÓRIO DE POBREZA RURAL. 2011. Disponível em: <<http://unicrio.org.br/onubrasil/relatorio-pobreza-rural/>>. Acesso em: 23 de mar. 2013.

ROCHA, S. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil**. IPEA, Rio de Janeiro, abril de 2000. (Texto para Discussão nº 720). Disponível em: <<http://www.ernestoamaral.com/docs/fip-112/biblio/Rocha2000.pdf>>. Acesso: 05 de mai. 2013.

SOBRE O ORGANIZADOR

Leonardo Tullio - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: leonardo.tullio@outlook.com

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-130-5

